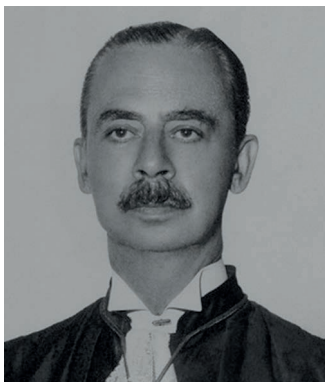




PROGRAMA  
HISTÓRIA  
ORAL

---

DESEMBARGADOR  
ANTÔNIO HONÓRIO  
PIRES DE OLIVEIRA  
JÚNIOR



## ENTREVISTA CONCEDIDA PELO DESEMBARGADOR ANTÔNIO HONÓRIO PIRES DE OLIVEIRA JÚNIOR AO PROGRAMA HISTÓRIA ORAL DO TJDFT

**A**ntônio Honório Pires de Oliveira Júnior nasceu no dia 30 de abril de 1925, na cidade de Serro, Minas Gerais. Filho de Antônio Honório Pires de Oliveira e Carlota Amantino de Melo Pires, casado e pai de quatro filhos. Formou-se bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais. Foi Promotor de Justiça da Comarca de Divinópolis, em 1952, e após promoção por merecimento, em outras comarcas. Exerceu as funções de Advogado do Estado de Minas Gerais e da Fazenda Nacional. Foi Procurador do Ministério Público de Minas Gerais, de 1952 a 1960; Procurador do Ministério Público do Distrito Federal, de 1960 a 1977. Em 8 de novembro de 1977, foi nomeado para o cargo de Desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT), em vaga destinada ao MPDFT. Na Justiça Eleitoral do Distrito Federal, foi eleito como Vice-Presidente e Corregedor, no biênio 1980-1981.

Exerceu também a Presidência do TRE-DF, entre janeiro e outubro de 1981. No TJDFT, no período compreendido entre 1982 a 1984, exerceu o cargo de Vice-Presidente, e ocupou a Presidência do TJDFT, no biênio 1984-1986. Aposentou-se no cargo de Desembargador do TJDFT, em 28/2/1994. Durante sua carreira profissional, recebeu várias condecorações, como a medalha da Ordem do Mérito Alferes Joaquim José da Silva Xavier da Polícia Militar do Distrito Federal, em 11/4/1984; a medalha do Mérito Brasília, grau "Comendador", em 1983, e "Grande Oficial", em 1985, pelo Governador do Distrito Federal; a comenda da Ordem do Mérito Judiciário do Distrito Federal e dos Territórios, no grau de Grã Cruz, pelo Conselho Tutelar da referida Ordem, em 2001; e a medalha do Mérito Eleitoral do Distrito Federal conferida pelo Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal (TRE-DF), em 2001.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Desembargador Antônio Honório Pires (de Oliveira Júnior), em primeiro lugar, gostaríamos de agradecer muito a sua presença nesse Programa, que é o Memória Oral, dizer que o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios e nós, particularmente, nos sentimos muito honrados de entrevistá-lo. Sabemos que a sua passagem pelo Tribunal deixou marcas indeléveis. A sua figura, os seus julgados, a sua maneira de ser são sempre para nós um grande exemplo. Gostaríamos de começar essa conversa, que é informal, singela e objetiva, perguntando ao Senhor alguma coisa sobre sua vida, onde o Senhor nasceu, por que motivo escolheu fazer o curso de Direito, o estímulo que teve para chegar à Magistratura. O Senhor se lembra do lugar onde nasceu? Como era a sua família? Quais foram as influências da família na sua formação?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim. Nasci em Minas Gerais, na cidade de Serro.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

A família era grande, desembargador Antônio Honório Pires?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Era.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quantos irmãos?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Éramos uns seis irmãos.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Onde o Senhor fez o curso de Direito, a faculdade?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Fiz na Faculdade de Direito da Universidade de Minas Gerais, (inaudível).

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Depois que o Senhor se formou, sabemos, pelo seu currículo, que o Senhor foi do Ministério Público, não foi?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Foi.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Aqui do Distrito Federal?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Quanto tempo o Senhor esteve no Ministério Público do Distrito Federal?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Mais ou menos uns três anos.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

E no Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, quais os cargos que o Senhor ocupou?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Diversos.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Foi Vice-Presidente,<sup>1</sup>? Foi Presidente,<sup>2</sup>?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Foi Presidente do TRE-DF,<sup>3</sup> também?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Foi Corregedor e Vice-Presidente do TRE-DF,<sup>4</sup>?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

E os assessores, os servidores que o ajudaram na administração, o Senhor ainda se lembra de alguns?

- 
- 1 Eleito Vice-Presidente do TJDF para o biênio 1982-1984.
  - 2 Eleito Presidente do TJDF para o biênio 1984-1986.
  - 3 Presidente do TRE-DF, no período 1º/1/81 a 18/10/81.
  - 4 Eleito Vice-Presidente e Corregedor do Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal para o biênio 1980-1981.

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Estou pensando aqui... Se realmente era... (Inaudível).

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Teve um filho do Senhor que foi seu assessor, não teve? Qual deles?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Foi o Múcio (Homero Rocha Pires de Oliveira).

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Além dele, quem mais o assessorou na Presidência do Tribunal? Lembra-se de algum nome? Doutor Jézer, o Senhor se lembra?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

E o doutor Ricardo? O Senhor se lembra?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Quando o Senhor se aposentou, o Tribunal era muito diferente daquele de quando o Senhor chegou?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Era.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Há alguma coisa que o  
Senhor gostaria

de destacar que foi diferente desde o dia que o Senhor entrou até a sua aposentadoria?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Não me lembro.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Naquela época, as finanças, o orçamento do Tribunal era muito grandioso? Faltava dinheiro ou tinha dinheiro de sobra?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Tinha dinheiro de sobra.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Dentre as obras que o Senhor fez no Tribunal, como Presidente, o Senhor destaca alguma?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Qual delas?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

(Inaudível).

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Das pessoas com quem o Senhor conviveu no Tribunal, os desembargadores de sua época, o Senhor se lembra de alguém em especial, mais chegado ao Senhor, mais amigo?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim. (Silêncio)

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro trabalhou com o Senhor?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Trabalhou.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

A desembargadora Maria Thereza (de Andrade) Braga (Haynes) trabalhou com o Senhor?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O desembargador (Asdrúbal Zola) Vasquez Cruxên trabalhou com o Senhor?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O desembargador Hermenegildo (Fernandes) Gonçalves também trabalhou com o Senhor?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Sim.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

O Senhor atuava na área cível ou na criminal?

### **Desembargador Antônio Honório Pires**

Cível.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Quais foram as Turmas das quais o Senhor participou no Tribunal?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Diversas.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Quais delas, por exemplo? Cite uma por favor.

**Desembargador Antônio Honório Pires**

(Inaudível.)

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Naquela época, desembargador Antônio Honório, quando o Senhor era Presidente, quantos desembargadores tinha o Tribunal?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Três.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Vinte e três?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Três.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Não, eram mais. Quando é que o Senhor se mudou para Brasília?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

Em Brasília, tenho pouco tempo.

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Há alguma coisa da Administração do Senhor, durante a Presidência ou a Vice-Presidência, que tenha chamado a atenção e que o Senhor queira lembrar? Algum fato, alguma história, algum caso que queira contar para nós?

**Desembargador Antônio Honório Pires**

(Inaudível)

**Desembargadora Carmelita Brasil**

Vamos, então, agradecer muito a sua presença e dizer que o Tribunal se sente extremamente honrado. Agradecemos também à sua família pela receptividade e dizer que o Tribunal está sempre às suas ordens.

**Senhora Marina Rocha Pires de Oliveira**

O Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior, o nosso querido Nonô, como era chamado carinhosamente por todos, nasceu na cidade de Serro, em Minas Gerais, em 1925, no dia 30 de abril. Nessa época, o pai dele já tinha sido prefeito da cidade, recebeu inclusive o nome de uma das principais ruas, a Rua Antônio Honório Pires de Oliveira, que consta hoje em placas. Posteriormente, ele ainda menino, foi para o Seminário Diamantina, ficando por lá alguns anos. Ele gostou muito. Em seguida, foi para Belo Horizonte para fazer os demais cursos, inclusive se formou na Escola de Direito da UFMG, no ano de 1951. Grande orador, desde rapaz, recordo-me de algumas festas familiares em que ele não perdia a oportunidade de falar ao microfone, gostava

imensamente de falar. Depois ele foi para Divinópolis,<sup>5</sup> ficou por lá oito anos como Promotor de Justiça. Era muito respeitado na cidade – inclusive não namorava, porque achava que não era conveniente. Tenho a impressão de que lucrei, porque ele apenas ia a Belo Horizonte para se encontrar comigo. Namoramos seis anos, com um ano de noivado. Em 1964, casamos. Antes, ele tinha vindo para Brasília. Conheceu e gostou muito da cidade. O Presidente comentou com ele que estava precisando de pessoas como ele aqui. Ele se entusiasmou e veio para Brasília, ocupando o quinto do Ministério Público, onde permaneceu por muito tempo, completando a sua trajetória na vida de advogado e demais cargos que ele ocupou durante a sua permanência naquele órgão. Foi para o Tribunal de Justiça e recebeu as honorarias do cargo de Desembargador. Temos aqui o discurso dele gravado. Tivemos quatro filhos, dois casais: Selene Marine Rocha Pires de Oliveira, Múcio Homero Rocha Pires de Oliveira, Cibele Rocha Pires de Oliveira e Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira. Foi um pai exemplar, porém preocupado demais da conta. Não tirava a gravata para dormir, ficava pronto. Ficava sempre preocupado com os filhos na rua – naqueles anos, 22h para ele era tarde. Queria que todos chegassem cedo, por isso deitava de terno e gravata, com receio de precisar sair para procurar um deles. Corria aos hospitais da época, porque, rapaziada é assim, geralmente acontece algo, às vezes ele recebia uma notícia e, precipitadamente, ia procurar nos hospitais e voltava para casa. Isso era cedo, mas era devido a tanta preocupação. Casamos em 1964, em Belo Horizonte, na Igreja de Lourdes. Estamos em Brasília esses anos todos encaminhando a família, e até hoje ele se preocupa demais com os filhos, agora com os netos e, por fim, com uma bisnetinha que chegou

---

5 Município brasileiro do estado de Minas Gerais.

para a nossa alegria. Que Deus o tenha em nossa companhia por muitos e muitos anos ainda. Só Ele pode, poderá dizer, não é? Mas é o que queremos e desejamos realmente. Pedimos toda a proteção para que ele permaneça no nosso meio, enquanto Deus quiser. Estamos aqui, na nossa casa, colocando-a a disposição de todos quanto o conhecerem, dos que foram exímios colegas e que o consideram até hoje, tenho certeza, como ele os considera também. Apesar de sua condição, acredito que não se esquece de ninguém. Está tudo gravado no fundo do seu coração. Nossa residência está e sempre esteve aberta a todos os amigos e a quem desejar visitá-lo. Esperamos a visita de quem quer que seja. Muito obrigada e boa tarde!

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Doutor Múcio Homero Rocha Pires de Oliveira, sabemos que o Senhor assessorou o desembargador Antônio Honório Pires durante um tempo. Fale-nos um pouco desse período, explicando qual era a especialidade do desembargador, se atuava em Turma Cível ou em Turma Criminal, e como foi a chegada dele ao Tribunal, porque sabemos, inclusive, que ele veio do Ministério Público.

### **Senhor Múcio Homero Rocha Pires de Oliveira**

O desembargador Antônio Honório Pires ingressou, no Tribunal de Justiça na vaga do desembargador Milton Sebastião Barbosa, em 1977. Em virtude da atuação como Promotor e das questões que desenvolvia em sua rotina, iniciou seu trabalho na Turma Criminal. Quando houve a possibilidade de substituição, para funcionar na 1ª Turma

---

6 Nomeado em vaga destinada ao MPDFT, em 8/11/1977.

Cível, ele me convidou – eu estava formado há algum tempo e já advogava – para a experiência de trabalhar com ele. Foi uma experiência muito positiva. Guardo ótimas lembranças, porque tive a possibilidade de aprender com o Tribunal, onde trabalhava desde 1984. Mas em relação ao assessoramento propriamente dito, foi uma possibilidade de também fazer um mix de aprendizado e tentar difundir ideias com o desembargador Antônio Honório Pires, que era bastante dinâmico, mas não admitia a leitura superficial dos autos. Brincava dizendo que o advogado sempre puxa para o direito da parte, mas que o magistrado sempre se baseia nos autos, mais nada. Ele falava muito, que o sonho dele seria sobre a história do “dá-me o fato e dar-te-ei o direito”, que era muito importante a Câmara de Jurisprudência, as discussões, mas que o cidadão, quando batia às portas da Justiça, tinha ali sua última esperança, e que a Justiça precisava ser efetiva. Guardo esse ensinamento porque influenciou muito minha carreira. Ou seja, a questão da praticidade, mas sem deixar de analisar atentamente todo o conteúdo do processo, desde o início. Ele fazia questão de escrever o próprio relatório, olhava datas e, talvez pela formação jurídica no Ministério Público, de analisar fato e prova, não admitia nada que não estivesse muito bem fundamentado. O desembargador Antônio Honório Pires acabou transferindo esse zelo, esse carinho e essa crença na Justiça para nós, e tive a satisfação de contar cinco anos trabalhando e aprendendo com ele, e tendo ali condições também de ter, como ele gostava de falar, o sonho dele era que tivéssemos um número de jurisd-

cionados para julgadores. Infelizmente, isso até hoje nem com as reformas que tivemos, não conseguimos obter (esse equilíbrio). Mas era uma das questões também que ele falava muito.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Sabemos também que o desembargador Antônio Honório Pires assumiu dois cargos de direção no Tribunal, como Vice-Presidente e, posteriormente, Presidente. Como filho e assessor, pessoa mais chegada tanto afetiva quanto profissionalmente a ele, essa passagem pela Administração ele enfrentou bem, ou seja, deixar a jurisdição para ser um administrador?

### **Senhor Múcio Homero Rocha Pires de Oliveira**

Sim, foi uma surpresa para mim, porque era apurado – às vezes, eu o acompanhava, quando ele ainda trabalhava na Subprocuradoria do Ministério Público, que funcionava no Palácio também –, mas vi que ele existia tanto como um bom julgador e que, como administrador, tinha ideias próprias e corria atrás. Salvo engano, pelos depoimentos que temos das pessoas, desenvolveu uma forma de dar efetividade. Falava sobre os servidores, aos quais buscava dar condições para que exercessem o trabalho de forma digna, e conseguiu ampliar a estrutura judicial. À época, os Territórios não tinham condições de funcionar e eram, pela Constituição, vinculados ao Tribunal. O desembargador Antônio Honório Pires conseguiu a verba, construiu os prédios, implementou a Justiça. Lembro que ele ia e retornava, às vezes, os noticiários falavam sobre a possibilidade remota do que estava acontecendo. Então, acredito que ele demonstrou ser um bom administrador, porque fazia tudo com muita crença e com o coração.



## Desembargadora Carmelita Brasil

Doutor Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira, sua mãe nos disse que, quando o doutor Antônio Honório Pires veio para Brasília, se encantou com a cidade. Mineiro, apegado à terra natal, mesmo assim, ele encontrou aqui um lugar ideal para viver e construir sua vida profissional. Sabemos também que iniciou (sua vida profissional) em Brasília participando do Ministério Público, como Defensor, e ouvimos dizer que o foi o primeiro Promotor de Brasília. Essa afirmativa é correta?

## Senhor Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira

Já tentamos verificar essa questão formalmente junto ao Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Fiz uma requisição nesse sentido, mas, por enquanto, estou aguardando um posicionamento oficial daquele Órgão. No entanto, pelos relatos que tivemos ao longo dos anos, ele teria vindo inspirado em Juscelino Kubitschek<sup>7</sup>, após receber o convite do então Presidente da República para encampar o sonho de Brasília, e, junto com Lúcio Arantes<sup>8</sup>, que foi o primeiro juiz desta Capital, ajudou a montar a estrutura do Ministério Público do Distrito Federal e dos Territórios. Como disse, estamos aguardando um posicionamento oficial, mas, em princípio, ele foi o primeiro Promotor de Justiça de Brasília.

---

7 Juscelino Kubitschek de Oliveira exerceu a Presidência da República entre 31 de janeiro de 1956 a 31 de janeiro de 1961. Foi o Presidente que transferiu a Capital Federal para o Planalto Central – Brasília, no dia 21 de abril de 1960.

8 Então juiz pioneiro Lúcio Batista Arantes, de Planaltina/Goiás, que assumiu o compromisso de prestação jurisdicional junto aos trabalhadores que atuavam na construção de Brasília. Mais tarde, por acreditar também no projeto “Brasília”, esse juiz ingressa na Magistratura do Distrito Federal, chegando ao cargo de desembargador do TJDF.

## Desembargadora Carmelita Brasil

Sua mãe, em um depoimento minucioso, profundo, sobre a vida do desembargador Antônio Honório Pires, disse-nos ser uma pessoa muito preocupada tanto com a família quanto com o desempenho profissional. O que o Senhor poderia nos dizer a respeito dessa dedicação exclusiva, profunda, que o desembargador deu à judicatura?

## Senhor Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira

Ele dedicou sua vida a duas questões fundamentais: a família, pois vinha de uma família mineira e era muito próximo dos filhos e da esposa, e o Tribunal, que estava em primeiro plano, porque sempre foi muito preocupado e zeloso com a prestação jurisdicional, como o Múcio bem relatou no início. Ao longo do tempo, ele se dedicou inteiramente ao Tribunal. Recordo-me que, quando eu era criança, estudava na Escola Classe 308 Sul<sup>9</sup>. Ele saía do Tribunal, às 19h ou às 20h, me apanhava e íamos de volta para o Tribunal. Enquanto eu brincava nos corredores, ele trabalhava às vezes até as 23h, meia-noite. Então, ele era mais conhecido pelo pessoal da Segurança do Tribunal do que pelos servidores, porque se dedicava e ficava debruçado aos processos madrugada adentro. Minha mãe sempre relatou essa questão, que ele trazia processos para casa e que não conseguia ficar com o acervo muito grande. Um fato curioso é que, naquela época, os advogados militantes sempre chegavam ao gabinete – o Múcio é testemunha disso – tentando preferência para o julgamento. Ele atendia a todos prontamente, mas, quando o advogado perguntava ou dava o número do processo –

---

9 Escola situada na Asa Sul, bairro de Brasília-DF.

ainda não havia o sistema informatizado, era um trabalho manual –, ele falava que o processo já tinha seguido para o revisor. Então, ele tentava sempre diminuir esse acervo e, ao mesmo tempo, em que atendia os advogados, se preocupava muito em dar vazão aos acervos.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Juiz extremamente dedicado como o desembargador Antônio Honório Pires sempre foi, teve, durante o período na Administração, esse encantamento, essa dedicação tão intensa com a área administrativa?

### **Senhor Antônio Carlos Rocha Pires de Oliveira**

Creio que sim, porque algumas questões foram bem executadas por ele – os servidores da época devem se recordar – na condição de gestor e não apenas na condição de juiz, o que foi uma surpresa para todos. Pelo que consta, não sabíamos que ele teria uma experiência administrativa tão profunda nesse sentido. Lembro que ele era muito zeloso em relação aos servidores, tendo implementado os planos de saúde, que era algo novo na época e que dava segurança aos servidores para trabalhar dali em diante; a informatização no Tribunal também foi fundamental – o início, os primeiros computadores. Ele se dedicou bastante a essa questão. Hoje, creio que o fruto da informática do Tribunal vem dessa época, desse início, do que ele conseguiu fazer.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Doutor Ricardo, sabemos que o Senhor trabalhou durante anos com o desembargador Antônio Honório Pires, e, geralmente, os assessores mais chegados conhecem a história tão bem quanto o protagonista. O que poderia nos dizer acerca da administração do desembargador Antônio Honório Pires?

### **Senhor Ricardo Pereira Rocha**

Vim para Brasília em 1984 para auxiliar o desembargador Antônio Honório Pires no Tribunal. Sou engenheiro e imaginava que ele me queria na engenharia. Assim aconteceu, até que a Portaria foi publicada. Para minha surpresa, fui nomeado Diretor da Divisão de Material e Patrimônio. Procurei o desembargador para dizer do engano, e ele me disse que não havia engano, que eu ia ficar naquele setor porque era de onde saía o dinheiro do Tribunal e onde ele precisava ter olhos. Então, fiquei na Divisão de Material e Patrimônio, mas sempre ligado ao gabinete, porque acabava o expediente, eu ia para o gabinete, e saímos normalmente à meia-noite, à uma hora da madrugada ou até mais tarde. Nossa rotina era essa. O desembargador Antônio Honório Pires tinha a preocupação de fazer com que todos estivessem atualizados sobre as questões do Tribunal. Na questão administrativa, o primeiro grande problema que assisti foi quando ele começou a ser cobrado incessantemente pelos fornecedores que haviam entregado mercadorias e serviços até o fim do ano anterior ao da sua posse, e o Tribunal não dispunha de recursos financeiros para fazer os pagamentos. Essa situação o deixou indignado. Ele fez o que pôde e conseguiu saldar as contas. Dizia que isso não iria acontecer com as dívidas dele. Vencida essa parte, quando chegou o

primeiro dezembro de sua gestão, em um domingo – havia um tipo de “cerão” dos ministros para resolver questões do fechamento das contas da União – ele me ligou pela manhã, pedindo para eu vestir um terno, pois ele iria me pegar, eu estava pronto para ir ao Parque da Cidade com a esposa e os filhos. Então, fomos ao Ministério da Fazenda. Chegando lá, foi informado de que o Ministro não estava e que o Secretário-Geral do Ministério estava em reunião com seus assessores. O desembargador, então, pediu para falar com o Secretário-Geral. Foi-lhe pedido que esperasse um pouco, mas essa espera se alongou, e, ao se posicionar, rapidamente o Secretário o recebeu. Então, sentamos numa sala ao lado – eu, ele e o Secretário –, e ele disse ao Secretário: “Eu estou aqui para buscar recursos para pagar as minhas contas, porque, no ano passado, os fornecedores ficaram sem recursos, o nome do Tribunal não ficou bem visto, e presido uma Casa que condena quem não paga. Então, como é que vou deixar de pagar as minhas contas?” Bom de conversa e sempre muito gentil, educado, ele foi conduzindo bem com o Secretário, até que o Secretário perguntou de quanto ele precisava e, para minha surpresa, ele se vira para mim e pergunta: “Quanto que é mesmo, Ricardo?” Ora, eu nem da área orçamentária era, mas devia ter alguma noção, e falei um número. “Perfeitamente. Segunda-feira, nós vamos disponibilizar para o senhor esse dinheiro.” Esse dinheiro foi tanto, que o Tribunal pagou todos os seus compromissos, inclusive pessoais, até o mês de junho, ou julho, subsequente, não sei. Era uma pessoa que não mandava fazer. Ele ia fazer. Precisava buscar dinheiro, orçamento para isso e para aquilo... O funcionário, quando vai representar o Tribunal, é um funcionário que vai manter uma interlocução com o outro. Um para pedir, outro para dizer “não”. Ele cumpria isso e, diante do “não”, ele procurava uma autoridade

maior – até com o Presidente Figueiredo,<sup>10</sup> ele se reuniu para isso – e trazia tudo o que precisava. Eu até falo que a administração dele foi muito profícua nessas realizações. Não temos isso na memória, mas está registrado no Tribunal, numa das atas das últimas sessões administrativas. Ele prestou contas ao Tribunal. E uns detalhes me chamaram muito a atenção. O primeiro, foi quanto ao que o Antônio até já falou, da assistência médica. Ele ficava encabulado como o pessoal era desassistido. Os magistrados tinham uma assistência qualquer no Hospital das Forças Armadas e lá no Tribunal nós tínhamos três médicos. Um ortopedista, um pediatra, que era o Dr. Cristóvão, o Dr. Valdir e um cardiologista, e dois dentistas, o Dr. Roberto e o Dr. Valdir, um deles requisitado do GDF. Ele disse: “Como que atende esse pessoal?” Aí me chamou e disse: “Olha, eu quero dar um jeito nisso. Você estuda aí uma maneira.” Então, ele pensou e falou: “Olha, o jeito é fazer uma licitação e contratar uma plano de saúde.” Mas isso era impensável em face da despesa que poderia gerar. Ele disse: “Faça a licitação.” E lembro que o Dr. Lúcio Miranda, que era o assessor de planejamento, disse: “Esse homem é doido. Esse plano vai durar dois meses, não tem jeito. Não há como progredir.” Obedecemos, fizemos a licitação. Então, foi contratada a Unimed, que prestou assistência integral à saúde médica, vamos dizer assim, e odontológica. Eram oito dentistas, full-time para o Tribunal, e com um detalhe: o servidor não pagava nada naquele tempo. Não contribuía com absolutamente nada. E esse plano, ao contrário do que se estimava, de durar dois, três meses, foi entregue e

---

**10** General de Exército João Baptista de Oliveira Figueiredo – João Figueiredo. Presidente da República entre 15 de março de 1979 e 15 de março de 1985.

ainda durou bastante com o desembargador (Luiz Vicente) Cernicchiaro. Depois, adotou outras formas. Então, essa visão que ele teve para os servidores e para os magistrados foi muito boa. Foi uma audácia, mas muito bem-sucedida. Outra coisa que o preocupava muito era a 1ª Instância. Como eu era a pessoa que comprava os materiais, ele me chamava e dizia assim: “Olha, dê tudo o que o juiz quiser. Tudo o que ele estiver precisando, a preferência é do juiz.” E assim nós fizemos. A Senhora é da época e sabe bem a dificuldade que era para arrumar uma máquina de escrever elétrica. E conseguimos fazer uma compra que deu três, quatro máquinas por cartório, foi uma coisa muito boa. Além de outras situações. Nos territórios, a carência era absoluta. Então, foi lá, preocupado, inaugurou o Fórum de Macapá, mobiliou aquilo tudo muito bem. Também se preocupava com o crescimento da cidade. Então, no governo do Dr. José Aparecido de Oliveira<sup>11</sup>, ele conseguiu com o Governador que destacasse o terreno, onde hoje é o Bloco B<sup>12</sup> para que ali fizesse a sede da 1ª Instância. Inclusive, naquela ocasião, o Dr. José Aparecido (de Oliveira) conseguiu que o Oscar Niemeyer<sup>13</sup> doasse o projeto ao Tribunal. Então, foi feito um anteprojeto. Lembro-me de

---

11 Foi governador do Distrito Federal de 1985 a 1988.

12 Bloco B, do Fórum Milton Sebastião Barbosa, em Brasília-DF.

13 Oscar Niemeyer, arquiteto brasileiro, responsável pela construção dos principais prédios da nova capital do Brasil, Brasília, como o Congresso Nacional, o Palácio da Alvorada, a Praça dos Três Poderes e a Catedral de Brasília, entre outros.

que, nas discussões, reuniram-se desembargadores, juízes. Lembro-me bem do (desembargador) Edmundo Minervino Dias, que participou. Foi feito esse anteprojeto, mas depois o Tribunal adotou outra estratégia. Para mim, uma das coisas mais importantes que me surpreendeu por ter saído dele, um homem das letras, foi a questão da informática. O Tribunal tinha uma assessoria de informática e tinha um computadorzinho CP400 da Prológica, Cp700, algo assim. Uma coisa desse tamanho assim, que hoje qualquer telefone de menino faz dez vezes o que ele fazia. Então, ele mandou comprar um computador bom, da Cobra, uma companhia estatal que fabricava os computadores de médio e grande porte aqui no Brasil, e assim ele comprou o primeiro Cobra 500 do Tribunal. Foi uma surpresa geral, acho que impactou muita gente essa iniciativa, e ela frutificou. Hoje, o Tribunal está aí, implementando, com muito sucesso, o processo eletrônico, de forma que tenho muito orgulho de ter participado. Aprendi muito. Talvez não tenha sido o aluno que devia ser, mas fui o que pude. (Emociona-se).

### Senhor José Jézer de Oliveira

Tive um contato próximo com o desembargador Antônio Honório Pires quando ele era Procurador. Eu era chefe de gabinete da Presidência – não sei qual era o período –, e ele sempre ia ao gabinete tomar um cafezinho. Conversávamos muito. Durante sua gestão na Presidência do Tribunal, eu estava como Secretário de Turma. Eu havia saído da chefia de gabinete da Presidência, na gestão do desembargador Helládio Toledo Monteiro, e tinha ido para a Turma, mas continuei ligado ao desembargador Antônio Honório Pires, porque ele sempre... Dada a minha experiência, talvez por ter trabalhado no

Tribunal em várias áreas, ele sempre me consultava – não em questões jurídicas, mas administrativas. E, com isso, ficamos, inclusive nessa área de... trocando ideias na administração dele, mas não fiquei na gestão dele, quer dizer, o único cargo que exerci foi o de Secretário de Turma da 2ª Turma Criminal. O desembargador era muito responsável e muito cuidadoso na administração dele. Ele participava de todas as áreas. Dada a minha experiência, às vezes, ele conversava comigo sobre determinados assuntos, e desdobrávamos essa conversa. Às vezes, eram problemas que o deixavam meio inquieto, meio... Coisas que aconteciam no Tribunal, e ele, então, sempre me chamava, eu ia ao gabinete, e conversávamos. Isso, sem ser de maneira protocolar. Quando ele foi Presidente do TRE, também dei a ele certa assistência, por meio de contatos, porque ele tinha um bom relacionamento, um bom Diretor Geral no TRE, mas sempre me consultava também a respeito de alguns assuntos relativos à Corte Eleitoral. Ele era Presidente do TRE e foi designado pelo Tribunal de Justiça, porque fazia parte da banca, para aplicar as provas para juiz dos territórios, lá em Manaus. E nós fomos. Já no aeroporto, em Brasília, estávamos conversando antes de embarcar, e passou a tripulação, inclusive um tripulante de cabecinha branca, jovem. Ele olhou e disse: “Será esse o comandante do avião?” Eu disse: “Por quê?” Ele respondeu: “Porque está muito velho! Pode ter alguma coisa lá em cima!” “Não, desembargador, não vai acontecer isso, não.” Logo que entramos no avião, ele foi lá na cabine e voltou. Não chegou a entrar lá; conversou com a aeromoça. Um pouco depois, ela chegou e disse: “O senhor pode ir lá.” Ele foi e voltou na mesma hora e disse: “Não é aquele, não. É um bem novinho.” Ele se sentou ao lado da janela e, ao ver que estava chovendo muito, ele abria de vez em quando a cortina e fechava. Abria e fechava.

Dizia: “Está chovendo muito”. Eu dizia: “Mas nós estamos aqui por cima da chuva, não tem problema nenhum”.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Será que ele tinha medo de voar?

### **Senhor José Jézer de Oliveira**

Tinha um medo terrível. Tanto que, quando saímos de uma prova, passei no hotel para fechar a conta, porque eu era o encarregado disso, e ele demorando a chegar, eu disse: “Vamos, porque nós temos de pegar o avião agora à tarde. Se perdermos esse voo, só à noite.” Ele disse: “Não. À noite, eu não viajo. Então, vamos para o aeroporto agora.” Ele, inclusive, telefonou de lá para o desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro, para informar como estavam indo as coisas, e o desembargador Luiz Vicente Cernicchiaro disse: “Olha, teve um desembargador (não me lembro quem) que não passou bem aqui.” E isso contagiou o desembargador lá. Ele disse: “O desembargador não passou bem, não está bem, lá em Brasília.” E ele falou: “Eu também não estou passando bem. Acho que foi algo que comi.” Ele tinha comido um lanche meia hora antes, aí eu disse: “Não, então tome uma água aqui. É porque o senhor ficou sugestionado com essa notícia do desembargador que tinha passado mal.” Não sei se foi o desembargador Cândido Colombo (Cerqueira) que havia passado mal aqui, que o desembargador Cernicchiaro falou para ele. Ele ficou nervoso. Outro episódio interessante é que ele, no dia seguinte, pediu que eu conseguisse um fotógrafo. E eu saí, fui procurar um fotógrafo. O desembargador chegou e ele tirando fotografia ao lado de cada candidato – deviam ser uns vinte candidatos...

## Desembargadora Carmelita Brasil

Vinte candidatos só?

## Senhor José Jézer de Oliveira

Só. Para os territórios. Ele tirou fotografia ao lado de cada um. Depois, falou: “Vamos tirar fotografia de nós aqui.” Éramos eu, ele e o Francisco Matos, Diretor Geral do TRE, que tinha ido conosco. Tiramos a fotografia e depois o rapaz, no dia seguinte, levou o álbum, e ele disse: “Pague.” E eu disse: “Não, não tenho dinheiro. Estou com dinheiro para pagar as despesas. O senhor paga, porque lá, em Brasília, eu vejo se o Tribunal tem condições de ressarcir o que o senhor pagou.” “Tudo bem.” Aí, perguntei para o Roberto Campos. E disse: “O desembargador contratou um fotógrafo lá e o homem trouxe um álbum, ele pagou. Ele pode ser ressarcido?” Ele disse: “Não, não pode.” Aí eu falei para ele: “Olha, o Tribunal não vai poder ressarcir.” Ele disse: “Então, vamos dividir.” Eu disse: “Não, eu não.” (Risos) “Mas nós estamos na foto.” E eu disse: “Só estou em uma.” E ele ficou chateado porque teve de pagar o álbum. Mas ele era assim. Não sei se falei o caso do Diretor Geral que ficou. Ele disse que não iria recebê-lo para despachar. E ele me perguntava quando ele iria se aposentar, quando é que ele iria dar entrada nos papéis, e eu dizia: “Não sei, desembargador.” Quer dizer, incomodava ele esse fato do Diretor Geral não receber para despachar. Ele era desconfiado. Ficava até meia-noite despachando os processos. Ele, pelo fato, levava o

Doutor Assú Guimarães<sup>14</sup>, que era o Chefe de Gabinete, para ficar ao lado dele. Às vezes. Eu não entrei nenhuma vez nos despachos dele, não conversava com ele. Mas ele falava para mim, foi quando eu falei: “O senhor está ficando muito tarde aqui, a sua família está reclamando”. Ele respondeu: “Ah, não, mas você tem experiência de gabinete, eu não tenho”. Eu disse: “Não, mas faça isso. Pede para o Doutor Assú lhe ajudar com isso aí. Depois o Doutor Assú, coitado, não estava mais suportando esse negócio de sair daqui meia noite, meia noite e tanto”. Mas, no mais, ele cumpria o horário dele, não tinha nenhuma dificuldade. Ele chegava cedo. Eu, pelo menos, quando o secretário de Turma, que às vezes saía, eu ia lá e registrava sempre no gabinete da Presidência. Quando saía para o lanche, havia o lanche dos desembargadores, ele ia ali voltava para o gabinete. Não era de ficar visitando gabinete, não. Ele era muito... ia no dele, voltava. Era a queixa geral dos Presidentes, era o problema de lidar com os recursos, como poucos. Quer dizer, se ele tinha, ele nunca me falou que tinha um projeto para o Tribunal, de criação. Até porque os recursos não davam, ele também não me dizia qual era. Ele chamava às vezes o secretário Roberto Campos (servidor do TJDFT), que era o Secretário de Finanças, para consultar como é que estavam as finanças. Se ele podia apresentar algum projeto para o Tribunal. Não estou lembrado se esse de Comunicação, se ele queria desenvolver esse projeto. E, na verdade, dizia que eram recursos, ele dizia: “Não tem dinheiro. O Tribunal não tem dinheiro”. Isso, uma vez nós saímos daqui

---

14 Dr. Assú Guimarães, foi Presidente da OAB.

e fomos falar com o Relator da Comissão de Orçamento. Fomos eu, o rapaz que trabalhava com o Vaner (Flores dos Santos), que era secretário de Planejamento, era o Vaner, esse secretário, e tinha um outro. E nós fomos lá conversar com o Deputado que era o Plínio de Arruda Sampaio,<sup>15</sup> que era o Relator do Orçamento, para levar para ele o projeto do Tribunal. Do Tribunal nós não podemos. Estamos concluindo um prédio, mas sem recursos, não temos depois como mobiliar isso aí.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Era o Bloco B?

### **Senhor José Jézer de Oliveira**

Era o Bloco B. Havia dificuldades. A desembargadora Maria Thereza (de Andrade) Braga (Haynes), quando era Presidente, também falou isso: “Não se pode fazer nada aqui por causa dos recursos.” Havia um deputado de Brasília, Deputado Federal, que nós estivemos com ele, que nos prometeu ajudar também. Teve o Jofran<sup>16</sup> – não, o Jofran foi com relação ao Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Nós ficamos até de madrugada, o Jofran defendendo os interesses do orçamento do TRE. Ele foi Presidente do TRE (DF)<sup>17</sup> por oito ou nove meses, somente. O desembargador – ele hoje ainda é vivo, do primeiro concurso do Tribunal, aqui para juiz – foi o desembargador Waldir Meuren, o desembargador Mario (Dante) Guerrero e o desembargador Jorge Duarte de Azevedo. O desembargador Jorge Duarte de Azevedo era o Presidente, se aposentou,<sup>18</sup> na

**15** Então Deputado Federal por São Paulo.

**16** Jofran Frejat. Então Deputado Federal pelo Distrito Federal.

**17** De 1º/1/81 a 18/10/81.

**18** Aposentou-se no cargo de Desembargador do TJDF – a partir de 25/8/1981.

Presidência. E o desembargador Antônio Honório Pires (de Oliveira Júnior) assumiu essa Presidência e ficou oito meses. Tanto que houve um caso interessante que, no bloco, lá no Palácio do Desenvolvimento, eu tinha falado para o desembargador Edmundo Minervino: “Olha, aqui não tem a galeria dos ex-Presidentes. Nós vamos fazer essa galeria agora, aqui”. Pegamos um espaço e colamos o desembargador Antônio Honório Pires. Teve um desembargador que achou que não deveria, que ele foi Vice: “Ele não foi eleito Presidente, ele é o Vice. Ele assumiu, ele está ocupando”. “Sim, mas ele ocupou oito meses, de qualquer modo”. E ficou o retrato dele na galeria pelos oito meses como Presidente.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Ele está lá.

### **Senhor José Jézer de Oliveira**

Mas ele era um homem pacífico, tranquilo, não discutia. Absolutamente. Nem em julgamento. Eu já assisti quando ele era Presidente do Tribunal, no plenário, tive a oportunidade de comparecer. Ele era muito tranquilo na condução das sessões. Essa amizade realmente surgiu no tempo dele como Procurador quando ele ia lá no gabinete para tomar um cafezinho. E conversava. Contava muitas coisas. Tanto que, quando ele foi para a Presidência do Tribunal de Justiça, ele me pediu para que eu me encarregasse de fazer os preparativos para a posse dele. Ele me deu uma lista telefônica do Serro/MG, a cidade dele. Ele marcou, lá: “Esse aqui você manda convite”. Para mais de duzentas (pessoas). E cem convites voltaram (risadas), porque já tinham morrido. Eu falei para ele: “Olha, voltaram essas correspondências aqui. O pessoal já tinha morrido”. Ele disse:

“Morreu! Meu amigo!” O Presidente não sabia. Perdeu contato com Serro. Nós mandamos mais de mil convites, só do Serro devia ser uns duzentos, por aí, que foram devolvidos. Mas era um temperamento bom, como cidadão, como juiz. Não discutia. Tenho boas lembranças da administração dele exatamente por isso. Foi uma coisa tranqüila. Preocupado porque tinham esses distúrbios, na área, entre magistrados. Uma coisa tola, mas isso ele ficava preocupado. Quando saiu essa história de que o Tribunal pedia o afastamento do Riela, ele ficou nervoso. Ele era o Presidente. Ele disse: “Vão dizer que eu estou pedindo”. O desembargador já estava aqui – (pois) ele até que já tinha viajado – o desembargador Waldir. Ele telefonou-me: “Jézer, por causa de quê isso?” Eu subi, levei, entreguei lá uma cópia. Ele: “Por que ele fez isso?” Respondi: “Porque não tinha ninguém aqui para assinar o alvará de soltura”. E eu o coloquei como Presidente da Turma e ele me chamou e disse: “Estou como Presidente da Turma?” Respondi: “Sim. Não tem ninguém. O senhor assina”. Ele não era Relator também. Ele aproveitou e mandou o ofício lá para o Governador, como Presidente da Turma. Ele era muito desligado. Ele me contou um fato: quando ele casou, ele tinha uma Kombi. Pegou Marina e foram para Espírito Santo. Disse que a Kombi começou a dar problema na estrada. Chegaram ao hotel, deixou Marina e disse: “Então agora vou procurar uma oficina”. Levou o carro para a oficina e depois não lembrava qual era o hotel. Então ficou: “E agora, qual é o hotel?” E ficou telefonando para os hotéis perguntando: “É aí que está hospedado o Doutor Antônio Honório Pires?” Até que: “Sim. É aqui”. E ele: “Qual é o endereço daí?”.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Isso foi em 1964 que foi quando ele se casou.

### **Senhor José Jézer de Oliveira**

É, deve ter sido. Quando ele me contou eu falei: “Rapaz você fez essa aí?” E ele: “É, eu não sabia o nome do hotel”.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Será que Dona Marina sabe disso?

### **Senhor José Jézer de Oliveira**

Eu acho que sabe. Eu até conversei com ela sobre isso uma vez. “E esse negócio dele esquecer o hotel?” Ela disse: “Pois é”.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Perder a mulher no hotel é engraçado.

### **Senhor José Jézer de Oliveira**

Pois é, deixou, foi levar para a oficina e esqueceu qual era o hotel que estava.

### **Desembargadora Carmelita Brasil**

Dr. Jézer, muito obrigada pela sua participação, pela sua boa vontade, pela sua presença sempre extremamente carinhosa com o Tribunal. Muito obrigada.

### **Senhor José Jézer de Oliveira**

Muito obrigado.

«fim»



**DATA DA ENTREVISTA**

14 e 17/3/2016

**LOCAL**

Residência do entrevistado e Memorial TJDFT – Espaço  
Desembargadora Lila Pimenta Duarte, Brasília-DF

**ENTREVISTADO**

Desembargador Antônio Honório Pires de Oliveira Júnior

**ENTREVISTADORA**

Desembargadora Carmelita Brasil

**TRANSCRIÇÃO**

Subsecretaria de Apontamentos – SUAPO

**REVISÃO**

Iêda Oliveira de Araújo Alves – NUAMI

**PROJETO GRÁFICO**

Diego Vilani Morosino – ACS

**DIAGRAMAÇÃO**

Roberta Bontempo Lima – ACS



PROGRAMA  
**HISTÓRIA ORAL**

---

DESEMBARGADOR  
ANTÔNIO HONÓRIO PIRES  
DE OLIVEIRA JÚNIOR

NUAMI  
Núcleo de Apoio à Preservação  
da Memória Institucional

SEGD  
Secretaria de Gestão  
Documental

PVP  
Primeira  
Vice-Presidência

TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
DO DISTRITO FEDERAL  
E DOS TERRITÓRIOS

**TJDFT**